

Evento	Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão
Data	9/5/2025
Horário	15h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	- Desembargadora Coordenadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo; - Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini; - Juiz Titular André Augusto Ulpiano Rizzardo; - Juiz Substituto Rafael de Almeida Martins; - Servidor da Área de Comunicação Social, Roberto Torres Babini; - Servidora Coordenadora de Informações Funcionais de Servidores, Giuliana Pardo Policastro La Guardia; - Servidor da Área de Saúde e Fisioterapia, Fauzi El Kadri Filho; - Servidor da Área de Assistência Social, Gilberto Antonio Semensato; - Servidor da Área de Engenharia e Arquitetura, Evison Gomes de Vasconcelos; - Servidor da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Maurício Bonilha Orsi; - Servidor da Assessoria de Gestão Estratégica, Yury Sampaio Silva; - Servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação de Comunicações, Marcos Geraldo de Castro Justino; - Servidor do Gabinete da Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil, Jairo Maurano Machado; - Servidora da 1ª Seção de Apoio à 3ª Assessoria de Execução de Campinas, Fabiana de Araújo Guerra Grangeia; - Servidor da Seção de Classificação de Processos e Diligências Internas, Jorge Kamal Castro Kfourir; - Servidora da VT de Tietê, Mercia das Virgens Santos; - Servidor da 1ª VT de Assis, Rafael Trombini Sanguini; - Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Carlos Eduardo Buzan Larica.
Ausências justificadas	- Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil; - Servidor da Área de Psicologia, Adelina Maria Pessinatti Ohashi; - Servidor do Gabinete da Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Rodolfo Jose Andrello; - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE, José Aristéia Pereira.
Pauta / Assuntos	1 - PROAD 16940/2024: Ofício 0615/2024-TCU/AudTI: Ratificação das respostas enviadas pelo TCU; 2 - Assuntos gerais.

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação. Em ato seguinte, cumprimentou a servidora Fabiana de Araujo Guerra Grangeia, que tem deficiência auditiva, indagando se a comunicação estava funcionando corretamente. Fabiana explicou que estava acessando por dois dispositivos, sendo um para poder ouvir pelo sistema de seu implante coclear e outro, para acompanhar a legenda na tela. A Desembargadora notou a ausência de Fabiana de Araujo Guerra Grangeia em reuniões anteriores e ressaltou a importância de sua participação. A servidora explicou que sua ausência se devia ao horário das reuniões e à dificuldade de acompanhar a tela durante o deslocamento para o trabalho, dado que será importante para a definição de horário para as próximas reuniões.

A Desembargadora Coordenadora submeteu a Ata da reunião anterior ao colegiado, sendo aprovado pelos integrantes. Também mencionou que o protocolo de avaliação de servidores com transtorno do espectro autista, discutido em momento pretérito, teve um encaminhamento positivo, com a adoção de um protocolo similar pela Secretaria de Saúde, após consulta a outros tribunais.

1 - PROAD 16940/2024 - Ofício 0615/2024-TCU/AudTI: Ratificação das respostas enviadas pelo TCU:

A Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo informou ser necessária ratificação da comissão sobre uma resposta à auditoria digital de acessibilidade feita pela Assessoria de Gestão Estratégica (Proad 16940/2024), sendo requisito de validade. Validação realizada por esta Comissão.

2 - Assuntos Gerais:

A Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo relatou a preocupação com o recebimento de e-mails de servidores com deficiência direcionados à Comissão de Acessibilidade e Inclusão, como já tratado na reunião anterior, para início de reflexão. Levantou-se a necessidade de documentação e controle formal dessas demandas, havendo divergências sobre o nível de formalismo necessário. Houve uma discussão sobre se todas as demandas deveriam ser formalizadas via PROAD, com alguns membros expressando preocupação com a excessiva formalidade e a possibilidade de desestimular os servidores. O servidor Jairo Maurano Machado concordou que condicionar tudo ao PROAD poderia dificultar o acesso, sugerindo que o formulário no site seria uma boa alternativa. Ficou decidido pela constituição de um grupo que deverá

estudar a melhor alternativa, possivelmente entre a excessiva formalidade e o acesso totalmente facilitado, o que pode dificultar o controle e a formação de um repositório. O grupo de estudos para aprimoramento ficou assim constituinte: Juiz André Augusto Ulpiano Rizzardo, Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini, Servidor Gilberto Antonio Semensato, Servidor Jairo Maurano Machado e Servidora Giuliana Pardo Policastro La Guardia.

A Desembargadora Coordenadora ainda mencionou o grande volume de e-mails recebidos do servidor Adriano Celestino e a dificuldade de identificar a situação exata e o objetivo desses envios. Explicou ter verificado que Adriano solicitou que seu processo fosse encaminhado à Comissão de Acessibilidade e Inclusão, mas, por ora, o processo está na Secretaria de Saúde. O servidor Jorge Kamal Castro Kfourri sugeriu responder a Adriano informando que a Comissão está aguardando o mencionado processo administrativo. A Desembargadora explicou que inicialmente não respondeu aos e-mails de Adriano Celestino por acreditar que seu conteúdo não era direcionado exclusivamente a esta comissão, envolvendo outros setores (talvez, o Laboratório de Inovação) e até outros órgãos. Diante das várias exposições feitas pelos participantes, a Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo se dispôs a elaborar uma resposta informando que a Comissão tem ciência da situação e que aguardará o encaminhamento do processo pela Secretaria de Saúde, com o que todos concordaram.

A Desembargadora apresentou, também, a demanda de Raquel Souza Coelho, servidora com deficiência visual que está em teletrabalho, com dificuldades de acesso a sistemas como o PJE, assunto que já havia encaminhado ao servidor Marcos Geraldo de Castro Justino. Por ele foi informado, então, que conversou com Raquel e que ela estava com dificuldades de usar o NVDA (software leitor de tela) em sua nova área de trabalho. Marcos se comprometeu a alinhar com Raquel, possivelmente com a ajuda do servidor Jairo Maurano Machado, para entender melhor a situação e oferecer o suporte necessário. Jairo Maurano Machado se ofereceu para fornecer treinamento a Raquel Souza Coelho no uso do NVDA e do PJE, mencionando sua experiência com esse tipo de suporte junto ao Tribunal. Foi elucidado pelo servidor Fauzi El Kadri Filho que a demanda de Raquel também estava relacionada à sua jornada de trabalho de 8 horas, pois com a redução anterior para 6 horas ela não necessitava de recursos de acessibilidade. A necessidade de adaptação surgiu com o retorno à jornada de 8 horas e a impossibilidade de usar lentes por mais de 6 horas. Caberá a tais servidores, portanto, dar continuidade ao auxílio necessário à servidora Raquel.

O servidor Maurício Bonilha Orsi apresentou um panorama muito positivo do Balcão

Visual, relatando que agora está atendendo em todos os Tribunais Regionais do Trabalho, com exceção do Tribunal da 23ª Região. Explicou que o projeto piloto foi aprovado pelo CSJT, permitindo a expansão, de forma que ele próprio faz o atendimento para todos os TRTs. Explicou que o foco atual é a capacitação de servidores de outros Regionais que já têm algum conhecimento de Libras, que também caberá a ele.

O servidor Maurício Bonilha Orsi e a Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo ressaltaram a importância da acessibilidade em Libras e também por meio de legendas no Balcão Virtual (atendimento a todas as pessoas), questionando-se se é possível o uso de legendas no momento do atendimento. A servidora Fabiana de Araujo Guerra Grangeia, que foi voluntária no início do projeto, confirmou que a legenda está disponível e que o usuário precisa habilitá-la nas configurações da reunião. Todos concordaram que é importante orientar os atendentes de Balcão Virtual e, portanto, todas as unidades sobre a forma de habilitar as legendas, o que pode ser de interesse de muitos usuários, como aqueles com perda auditiva ou que estejam em local ruidoso, por exemplo.

O servidor Roberto Torres Babini apresentou minuta de material para divulgação interna e externa sobre contratação de empresas e consequente fornecimento de acessibilidade em legendas e em Libras, para audiências e sessões. Solicitou a avaliação e aprovação do material pela Comissão. Em seu texto, os seguintes dizeres: “O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região passa a contar com empresas contratadas para o fornecimento dos serviços de libras e legendas em formato remoto, aplicáveis para o suporte nas sessões de 1ª e 2ª instâncias, sem prejuízo na continuidade do inovado Balcão Visual, que oferece atendimento às partes, advogadas(os) e servidoras(es), para eventuais esclarecimentos sobre dúvidas processuais. O serviço busca propiciar à pessoa surda, total acesso ao conteúdo abordado na audiência em que configure como parte, testemunha ou advogada(o). Para tanto, será necessário fazer uma solicitação, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, para que a Coordenadoria de Comunicação do TRT15 acione a respectiva empresa que prestará a assistência desejada, salientando que pode ser para libras, legendas ou ambos, se for o caso. A requisição deverá ser enviada por meio do endereço comunica@trt15.jus.br, informando a data, horário e unidade trabalhista em que a sessão acontecerá, para a adoção das providências necessárias”.

Roberto Torres Babini informou que a 6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto será a primeira a utilizar o serviço de intérpretes de Libras, no mês de julho. Definiu-se o prazo máximo de terça-feira para opiniões e sugestões sobre o material, por meio do chat institucional.

A Desembargadora Coordenadora registrou que os primeiros eventos da Escola Judicial deste ano ocorreram sem tradução em Libras, nem legendas, razão pela qual formalizou manifestação de preocupação à Secretaria. Relatou que, contudo, esses recursos já estão sendo disponibilizados, como pôde verificar no evento mais recente realizado. Elogiou a atuação dos intérpretes nesse evento, tendo Roberto Torres Babini ressaltado a importância da avaliação desses profissionais de acessibilidade contratados. A Desembargadora narrou que também apontou problemas de acessibilidade física na Escola Judicial, como a rampa de acesso ao palco e o local das cadeiras da frente. O servidor Evison Gomes de Vasconcelos se comprometeu a verificar a situação em seu setor e, se o caso, com a empresa responsável pelas obras. Foi relatado que algumas pessoas, incluindo o próprio Maurício Bonilha Orsi, integrante deste colegiado, tropeçaram na referida rampa, indicando um problema de segurança.

A Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo anunciou que o evento da Escola Judicial a ser organizado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão ocorrerá no dia 26 de setembro do corrente ano, sendo preciso dar início a seu planejamento. Informou que na presente data já estará aposentada, mas que o Juiz André Augusto Ulpiano Rizzardo deverá estar à frente da organização e da realização. Propôs que fossem apresentadas sugestões, já antecipando a ideia de um seminário no qual fosse palestrante alguma pessoa com deficiência que possa relatar a luta pelo reconhecimento de direitos, como, por exemplo, alguém que esteve presente quando da Assembleia Constituinte, ou nos movimentos que levaram à edição da Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Há pessoas que participaram desses movimentos e poderiam trazer seus relatos e experiências. Mencionou, também, a possibilidade de que, além de um seminário, com poucos palestrantes, fosse realizada alguma atividade com as(os) servidoras(es) com deficiência do Tribunal.

O servidor Jairo Maurano Machado sugeriu o nome da professora Izabel Maria Loureiro Maior, primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tendo recebido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) prêmio pela sua “contribuição ao desenvolvimento de um continente mais inclusivo”, em 2010. O nome foi prontamente ratificado pela Coordenadora. Gilberto Antonio Semensato manifestou a percepção de que os gestores do TRT precisam ser orientados sobre as deficiências, sobre a forma de tratamento a ser dispensada aos servidores com deficiência, inclusive o quanto podem ou não deles exigir. Apresentou, então, a proposta de que, para o evento de setembro, essa questão seja considerada. O servidor Evison Gomes de Vasconcelos indagou sobre a possibilidade de reunir todas as pessoas com deficiência do Tribunal no evento a ser organizado. Em razão da dispersão geográfica, surgiu a ideia de realização de eventos regionais, nas circunscrições,

dependendo do mapeamento de onde os servidores estiverem localizados e sendo necessária a análise de viabilidade. O servidor Mauricio Bonilha Orsi propôs que os próprios servidores com deficiência compartilhem suas experiências e perspectivas no evento, para conhecimento e até vivência, pelas pessoas sem deficiência. O juiz Rafael de Almeida Martins se ofereceu para falar sobre deficiência e sugeriu realizar o evento de forma híbrida, convocando as pessoas com deficiência para participarem remotamente devido a custos, deslocamento e possíveis dificuldades. A Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo referiu preferência pelo modelo presencial e cogitou da verificação da possibilidade de convocação dos servidores, para que possam ser liberados de seus setores. Questionou se seria interessante a criação de um grupo de trabalho para coletar as sugestões e estudar o formato e o conteúdo do evento. O Juiz André Augusto Ulpiano Rizzardo relatou que um servidor contou, durante atividade do Laboratório de Inovação, que não pôde participar de evento em razão de veto de chefia. A Juíza Daniela Macia Ferraz Giannini publicizou recente convocação com servidores do Precatórios. Evison Gomes de Vasconcelos achou interessante a ideia de vídeos curtos com falas de pessoas com deficiência, como uma forma de superar a timidez para falar em público, e que poderiam ser exibidos em um evento físico. A Desembargadora Coordenadora relatou experiência recente da Comissão, em que foram solicitados, aos servidores com deficiência, o envio de vídeos com mensagens dirigidas às pessoas sem deficiência, quando houve muito pouco retorno, o que talvez indique que a relação com eles ainda não esteja madura para esse tipo de proposta. Sugeriu que, para participação desse tipo pelos servidores, se assim se entender, sejam feitos convites àquelas pessoas que se mostram dispostas a participar. Ao final, decidiu-se pela necessidade de amadurecimento das ideias sobre o evento, para o quê será utilizado o chat institucional, por onde poderão ser discutidas todas as ideias.

A Desembargadora Coordenadora consignou que na placa indicativa do banheiro acessível no 12º andar, onde está seu gabinete, está escrito "WC deficiente", o que se mostra inadequado. Mencionou ainda que a identificação em braile está localizada no mesmo local, na entrada do sanitário, após várias portas existentes a partir do hall de elevadores, dificultando o acesso para pessoas com deficiência visual. Solicitou a Evison Gomes de Vasconcelos que verificasse a sinalização dos banheiros acessíveis nos andares, sugerindo uma revisão geral, observando as normas de acessibilidade vigentes. O servidor Evison Gomes de Vasconcelos anotou a questão, comprometendo-se a verificar.

Por fim, o servidor Jorge Kamal Castro Kfoury propôs que fosse estudada, talvez para o próximo ano, a possibilidade de elaboração de cursos auto-instrucionais, em parceria com

a EJUD, focados no tema da deficiência e das pessoas com deficiência, considerando o aumento de servidores com deficiência nos quadros do TRT. Sugeriu o levantamento das demandas junto aos gestores, principalmente de primeiro grau, e também junto às próprias pessoas com deficiência, ressaltando a importância da participação ativa da pessoa com deficiência nesse processo. Prontamente concordaram a servidora Giuliana Pardo Policastro La Guardia e a Desembargadora Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, enfatizando a necessidade de participação dos gestores e também das pessoas com deficiência no processo de definição das condições de trabalho, das formas de avaliação etc., sendo necessário desenvolver uma espécie de protocolo a respeito, sobre o que comprometem-se a refletir.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora agradeceu a presença e encerrou a reunião às 16h40. Próxima reunião dia 13 de junho, às 14 horas.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	12/5/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo	Em	14/5/2025